

A RELEVÂNCIA HISTÓRICA DA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA QUALIDADE SOCIAL¹

WITTMANN, Lauro Carlos - FURB²

E-mail: laurocw@furb.br.

Resumo:

Este trabalho é uma reflexão crítica sobre a relevância sócio-histórica da Pós-Graduação em Educação como prática social especializada de formação antro-po-social, centrada na pesquisa e indissociavelmente vinculada com o ensino e a extensão. A reflexão parte da ambigüidade na sua construção histórica de conservação do construído e produção do futuro. Enfatiza a Pós-Graduação em Educação como impulso engajado, no processo instituinte do devir humano e da sociedade. Nesta visão histórico-teórica, a pesquisa, o ensino e a extensão são indissociáveis entre si e inalienáveis do trabalho acadêmico na prática da Pós-Graduação em Educação; o contexto sócio-histórico contraditório e desafiante e as concepções básicas de devir humano e de conhecimento como processo fundam o trabalho acadêmico e a transcendência humana é intrínseca à pesquisa em educação. Apresenta práticas acadêmicas de Pós-Graduação em Educação, vinculadas ao contexto regional e com articulação intencional entre pesquisa, ensino e extensão.

Palavras chave: Universidade e contexto. Pós-Graduação e Pesquisa-Ensino-Extensão, Prática acadêmica e desenvolvimento local. Pós-Graduação e qualidade social.

Abstract:

This paper is a critic view of Graduate Programs in the field of education taking into account its social accountability. As top social practice within social and individual education, Graduate work, centered on research, ought to be linked with teaching and extension. Within a contradictory social framework, the ambiguous academic work both maintains the past and produces the future. Graduate work in education ought to be compromised with the overcoming trend of human personal and social transcendence. This enhances the linkage between academic and human emancipation and social quality. The paper adds practical experiences of academic work with intentional research-teaching-extension relationship. This mutual empowerment of research and other academic roles is indispensable in Graduate work in Education, particularly when referred to social accountability within human history.

Key-words: University and social accountability. Graduate work as Research, Teaching and Extension work. Academy and local development; Graduate work and social quality.

¹ Este artigo tem como base um texto elaborado por pesquisadores do EduPesquisa intitulado “A pós-graduação em educação: a pesquisa vinculada ao ensino e à extensão no processo de formação humana”, que constitui um capítulo do livro Formação humana: resistências e utopias.

² Professor do quadro permanente do PPGE/FURB, desde 1993, Coordenador do EduPesquisa. Experiência em Pós-Graduação em Educação desde 19974: no IESAE/FGV-Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas (1974-80); no CED-Centro de Ciências da Educação da UFPB-Universidade Federal da Paraíba (1980 a 1985) e no CED-Centro de Ciências da Educação da UFSC-Universidade Federal de Santa Catarina (1985-1993). Esta experiência concreta em Programas de Pós-Graduação em Educação serviu de polo empírico para esta reflexão crítica.

INTRODUÇÃO

A Pós-Graduação é uma prática acadêmica onde as contradições da sociedade têm sua expressão mais significativa e visível. É a expressão máxima do serpentário antropofágico de pessoas rendidas à lógica do capital e, ao mesmo tempo, é um lugar prazeroso de viver o amanhã. É, de um lado, o lugar da perfídia da lógica do mercado, com todas as mazelas da competição, da busca de vantagens, das rasteiras e da soberba dos vitoriosos hegemônicos e da inveja cáustica dos perdedores no jogo de correlação de forças. De outro lado e ao mesmo tempo, é impulsionador da transcendência, parte da locomotiva da história, onde se constrói o conhecimento novo exigido para a superação das provisoriiedades e precariedades do agora, impulsionando desejos na concretização histórica dos sonhos. Nesta perspectiva ela se inscreve no processo amplo da emancipação sócio-antropológica.

A história da educação no Médio Vale do Itajaí, em Santa Catarina, levou à aventura da criação da primeira experiência de Educação Superior no Interior de Santa Catarina. Um grupo de acadêmicos entusiastas jogou-se na aventura de, na FURB, criar um Mestrado em Educação, que iniciou suas atividades em 1991, com entrada de turmas novas de dois em dois anos³. Desde seu início, o Programa tem mantido e reforçado seu compromisso com a realidade regional, em decorrência do caráter institucional de uma Universidade do Sistema ACADE-Associação Catarinense de Fundações Educacionais. Este texto aborda esta responsabilidade social do Programa de Pós-Graduação em Educação como intrínseco e inalienável de uma prática acadêmica centrada na pesquisa em educação.

O argumento desenvolve-se numa perspectiva teórico-prática. Num primeiro movimento trabalha os fundantes da prática social universitária, em especial na Pós-Graduação, enfatizando o caráter histórico da produção da existência humana. A extensão é compreendida como a inalienável vinculação da universidade, como instituição social, com o caráter instituinte da sociedade, com o processo autopoietico de sua produção histórica.

O segundo movimento apresenta uma rápida descrição crítica de experiências concretas, integrando pesquisa, ensino e extensão, enfatizando a responsabilidade social ou a relevância da prática acadêmica da Pós-Graduação em Educação. Explicita o trabalho acadêmico engajado, comprometido com a dimensão instituinte da sociedade; aprendente,

³ A certificação das primeiras quatro turmas teve o reconhecimento do Conselho Estadual de Educação. A partir da turma de 1999, com entrada anual, o reconhecimento é do Conselho Nacional de Educação, com base na recomendação da CAPES. Neste 15º aniversário de sua criação, já consolidou o seu processo coletivo de sua permanente (re)construção e a prática acadêmica em Grupos de Pesquisa.

como intervenção no processo de formação humana; e investigativo, como potencializador da relação sócio-antropológica inteligente com o mundo, com os outros e consigo mesmo.

1 A PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E SUA RELEVÂNCIA SÓCIO-HISTÓRICA

1.1 A PÓS-GRADUAÇÃO E OS DESAFIOS DA AMBIGÜIDADE

A reflexão sobre o sentido histórico-teórico da Pós-Graduação é um grande desafio, principalmente, quando se associa sua responsabilidade acadêmica e política de produção de conhecimento e formação humana, situadas no seu contexto sócio-histórico. Em primeiro lugar importa uma reflexão sobre o lugar que ocupa a Pós-Graduação em Educação brasileira, num contexto sócio-histórico marcado pelo avanço da voracidade do capital. Situados neste contexto importa refletir sobre o sentido e os rumos da Educação Superior, em particular, da Pós-Graduação em Educação, em um país situado na América Latina, que sofre, do ponto de vista econômico, político e social, os percalços advindos do capitalismo globalizado, que impõe regras e limites à esfera científico-tecnológica das nações periféricas.

Este texto centra-se na discussão do papel da Pós-Graduação no que tem de singular para fazer avançar a função social da universidade num mundo contraditoriamente adverso e promissor para a prática acadêmica.

A Pós-Graduação é uma prática social decisiva no processo da (des)alienação das pessoas. Ela pode ser um poderoso mecanismo de resistência, emasculando o poder instituinte das pessoas e instituições, como pode ser um poderoso instrumento de transcendência, impulsionando a construção do novo, viabilizando a concretização de utopias. Pode tender predominantemente para a perspectiva sócio-política de integrar, adaptando e enquadrando as pessoas no contexto sócio-histórico vigente, produzindo conhecimento sustentador da estrutura vigente, servindo os interesses dominantes e hegemônicos, entendendo as pessoas como recursos e instrumentando a competição na lógica do mercado e do capital. Nesta perspectiva fortalece resistências à mudança. Entretanto, pode tender para a perspectiva sócio-política antagônica, contribuindo na construção da autonomia e da cidadania humanas, produzindo conhecimentos, formando cidadãos e instrumentando o novo, inscrevendo-se como fator decisivo no processo antro-po-social de emancipação humana, entendendo as pessoas como sujeitos autores e protagonistas de sua história e da história da humanidade.

A prática acadêmica de pesquisa, ensino e extensão define-se no interior das contradições do mundo em que vivemos. Interesses antagônicos estão presentes na nossa prática. De um lado, estão os interesses objetivos pela manutenção da ordem estabelecida, que permitem, no máximo, reformas da sociedade e das suas instituições. De outro lado, estão os interesses pela mudança, que demandam a transformação da sociedade e das suas instituições.

A grande clivagem funda-se no posicionamento sócio-histórico, consciente ou não, do modo de reprodução social. Assumindo como dado inevitável e reificado o modo capitalista e sua lógica, para a Pesquisa, Ensino e Extensão não sobra mais do que contribuir para reformas com vistas a remediar os nefastos efeitos do capital ou atender a novas demandas de sua evolução. Uma re-forma põe a mesma forma de outro modo, que pode ser menos selvagem, mas mantém a estrutura vigente. A voracidade devastadora das determinações do capital afeta profundamente todas as dimensões da vida humana. Nesta perspectiva não há espaço para outra alternativa no campo da produção material e do mundo da cultura e da educação. À pesquisa compete produzir conhecimentos instrumentais e pragmáticos; ao Ensino compete adequar aspectos distorcidos e responder às exigências emergentes; à Extensão compete executar atividades de educação permanente, no sentido de (re)integração. O desenvolvimento de competências fica reduzido à produção das destrezas requeridas para a produtividade. Renuncia-se, assim, à razão substantiva e à criticidade radical; à emancipação humana e construção histórica de sua autonomia; ao poder instituinte das pessoas e da sociedade. Confinar as mudanças na educação a correções marginais dentro da lógica do capital significa abandonar totalmente, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa.

A tendência antagônica aponta para um outro mundo possível, para além do capital. Nesta tendência a prática acadêmica está marcada por uma visão histórica da produção social, que não reifica as determinações do capital e não as assume como dadas, definitivas e imutáveis. Considera a possibilidade histórica de um engajamento social e de uma prática acadêmica para além do capital, quebrando sua lógica e sua voracidade. Nesta perspectiva os processos acadêmicos articulam-se com movimentos amplos de transformação da sociedade. A transformação implica na mudança das regras que regem as relações sociais e, portanto, na mudança da estrutura social vigente.

A perspectiva teórico-histórica, a embocadura epistemológico-teórica e o compromisso sócio-político, neste contexto, funda-se na concepção de pessoa, de formação humana e de sociedade para refletirmos sobre a pesquisa, o ensino e a extensão na nossa prática acadêmica.

1.2 PESSOA COMO DEVIR HUMANO

A concepção de pessoa precisa ser explicitada num contexto que as reduz a mero recurso e tende a naturalizações indevidas. A pessoa é uma presença ausente e uma ausência presente. Vive no mundo, mas não se confunde com o mundo. Distancia-se da realidade que a cerca para intervir nela e mudá-la. “Transformando o mundo, transformamo-nos a nós mesmos” alertava Paulo Freire. Pessoas são serem em produção. Sua formação não cabe em processos de treinamento ou domesticação. São devires ou em-sendo, em permanente processo de ultrapassagem de si mesmos. É no cadinho das relações sociais que se forja a têmpera humana. É no atelier da convivibilidade que se cria o artefato humano. As pessoas são resultado de sua educação. A educação cria as condições para que as pessoas possam construir dentro de si as condições subjetivas para se inscrever no mundo. Este é o objeto/sujeito de um Programa de Pós-Graduação em Educação. Como sujeitos, os agentes da Pós em Educação são pessoas em estado de aprendizagem.

A grande questão é o sentido, direção e relevância de nossa prática acadêmica de pesquisa, ensino e extensão. Importa uma constante vigilância crítica para explicitar o que, de fato, ocorre, se realiza e se vive no processo de aprendizagem do Programa, nas suas atividades acadêmicas de pesquisa, ensino e extensão. Importa detectar a real tendência dominante na intenção e a prática entre os antagonismos existentes entre: a) um trabalho acadêmico inscrito no movimento de formação de gente, numa perspectiva emancipadora ou no movimento de domesticação; b) o aprender da Pós-Graduação como um processo de formação humana, construção de autonomia ou como um treinamento, adestramento para integração na sociedade; c) o aprender como um processo sócio-antropológico de produção da existência humana, impulsionando a auto-realização dos indivíduos em sociedade, ou como serviço da perpetuação, consciente ou não, da ordem social alienante e controladora do capital; d) produzir e trabalhar o conhecimento exigido para a concretização do ideal da emancipação humana ou, pelo contrário, para adotar as formas de comportamento que favorecem somente a consecução dos fins reificados do capital; e) um processo de aprendizagem que confronta saberes, realizando saltos qualitativos de conhecimento no sentido de processo de compreensão da realidade ou um processo que apenas instrumentaliza para intervir e controlar.

Diante destes antagonismos, a vigilância crítica é essencial para que a tomada de posição epistemológico-teórico-histórica na perspectiva emancipadora possa ser assumida e reforçada. Para tanto, o processo de desalienação é essencial e os conceitos chave para o

norteamento da prática são a universalização da educação e a universalização do trabalho. A educação, no seu sentido radical e último, consiste no processo histórico concreto de produção da existência humana. O trabalho, radicalmente significa a relação inteligente com o mundo e constitui o princípio educativo. A intervenção intencional no curso dos acontecimentos é atividade constitutiva da existência humana. A perspectiva de uma nova sociedade, sob a égide da equidade, implica a quebra da lógica do capital e sua voracidade e inscreve na agenda histórica o desafio da universalização do trabalho e da educação, como dimensões inseparáveis entre si.

A prática social da educação não independe das conquistas e dos limites históricos nos quais se realiza nem se confunde com o momento e o tempo nos quais acontece. Tem uma identidade construída na multiplicidade das determinações sociais. Hoje, o trabalho pedagógico constrói-se na contradição entre as tendências mercadológica e emancipadora.

De um lado, a tendência mercadológica nos reduz à mercadoria a ser vendida e comprada no mercado de trabalho, como mero recurso humano e nos empurra para o redemoinho consumista da posse. Nesta perspectiva nos soterramos no presente, sofrendo os desgastes e buscamos inutilmente consertar o passado. Tem-se como base as coisas e tende-se à naturalização, cristalização ou reificação. Em consequência, colhe-se a desilusão, a sensação do limite e a pesada dureza do imperfeito.

De outro lado, temos a tendência emancipatória, que se funda na esperança ativa e na construção do novo; não na posse/satisfação. Nesta perspectiva nos projetamos para o futuro e construímos, no hoje, o amanhã. Tem-se como base o processo, vivendo-se o devir. Em consequência, colhe-se o novo, a sensibilidade para o dinamismo e vive-se o encanto da celebração do futuro, na consciência do sempre inacabado no agora.

Nesta perspectiva teórico-histórica, a Pesquisa, o Ensino e a Extensão na Pós-Graduação, tomam seu sentido como impulsionadores do processo emancipatório das pessoas e da humanidade.

Neste processo, o trabalho é o princípio educativo, a fonte originante da construção histórica da existência humana. Trabalho, no sentido simples e profundo da palavra, é a relação inteligente da(s) pessoa(s) com o mundo, com os outros e consigo mesma(s). Esta relação toma configurações diferentes na evolução da humanidade. Os elementos essenciais do trabalho são o projeto e sua execução. O elemento ‘projeto’ significa a elaboração mental, ‘inteligente’, não natural ou instintiva, não previsível de uma alteração no curso dos acontecimentos ou na ‘ordem’ ou ‘regulação’ das coisas. Esta característica do trabalho lhe confere o caráter de cultural, de distanciamento do natural, de inesperado, de ‘novo’, de

original. Esta interioridade determinante do agir humano confere à ação humana o caráter de prática. A prática implica um fazer pensado. O trabalho, portanto, além de um ‘projeto’, que confere originalidade ou surpresa ao acontecimento ou à coisa, exige sua execução, ou uma intervenção, ação modificadora. No processo de ‘humanizar o mundo’ construímos nossa própria humanização.

1.3 A RIGOROSIDADE DA PERGUNTA

No processo de aprendizagem, na Pesquisa, Ensino e Extensão, é fundamental a construção dos objetos de pesquisa. Como a educação, no sentido amplo, é o processo concreto de produção histórica da existência humana, todas as relações estabelecidas da pessoa com o mundo, com os outros e consigo mesma são parte do processo educativo. No processo histórico de forjamento das pessoas há intervenções educativas, que constituem a prática social educativa. Educação, no sentido estrito, é uma prática social que tem o objetivo de contribuir, direta e intencionalmente, no processo de construção histórica das pessoas. São intervenções educativas no forjamento histórico e concreto das pessoas. Em nossa época a forma mais conhecida de intervenção educativa é a instituição educativa. A Pós-Graduação é uma inscrição especializada nesta prática. A contribuição na melhoria da qualidade de vida de todos e na formação humana é o centro, a razão de ser e o sentido desta educação, como prática social. O ato pedagógico é a relação interpessoal, entre profissionais da educação e educandos, com o objetivo explícito de educar, de intervir no processo de formação humana. Um objeto específico desta formação é a aprendizagem, a apropriação do conhecimento e a construção das estruturas subjetivas para (re)construí-lo. Portanto, o rigor das perguntas e buscas demanda uma agenda comprometida e engajada com o concreto da educação. Sem este rigor analisam-se dados e constroem-se discursos nos quais estão todas as respostas. Faltam, porém, as perguntas enucleadas e demandadas da concretude histórica.

Trabalhos acadêmicos sem a enucleação de perguntas de dentro do movimento concreto da educação tendem a ser a-históricos porque estão desligados da prática social da educação. O resultado destes trabalhos é o envernizamento de discursos, encurralados no fascínio da lógica interna do argumento e na consistência com o idílio idealista e com os arroubos do voluntarismo incosequente. Para trabalhos acadêmicos historicamente relevantes mais vale o balbucio tentando responder uma pergunta significativa do que a grandiloquente resposta a uma pergunta marginal. Ativar a curiosidade e cercar o problema na enucleação da

pergunta mais significativa na construção do objeto de pesquisa constitui o trabalho fundante da relevância da Pós-Graduação em Educação.

Entretanto, as próprias perguntas exigem um rigoroso processo de sua construção. Há perguntas infantis, adolescentes e adultas.

As perguntas e curiosidades que não implicam e envolvem a existência do pesquisador são perguntas infantis, por onde se inicia o processo de construção do estatuto do pesquisador. Crianças buscam respostas a perguntas pesquisando na biblioteca e na internet. Entretanto a resposta a este tipo de perguntas não as inclui, assim como o cabo de vassoura não é propriamente um cavalo. Quando as perguntas são externas, passam ao longo do pesquisador ou do Programa no desenvolvimento de processos de busca de respostas. Estes processos iniciam a construção de condições subjetivas e institucionais de pesquisa.

As perguntas e curiosidades que envolvem angústias e rebeldias e a elas se limitam são perguntas adolescentes. As respostas a este tipo de perguntas buscam bases e fundamentos para denúncias e rebeldias contra limitações e obstáculos. Nestes processos adolescentes desenvolve-se um segundo estágio do estatuto do pesquisador.

Quando o rigor da interrogação implica e envolve o pesquisador ele constrói indissociavelmente o objeto de pesquisa e a si mesmo como sujeito e pesquisador porque seu movimento teórico se realiza no interior da essencialidade humana que é a transcendência que se efetiva pela emancipação. A autonomia é a origem, o constitutivo e o resultado deste processo.

O radical estatuto humano é a transcendência ou a sobressunção, a contínua ultrapassagem de si mesmo no permanente em-sendo ou devir da existência. A transcendência reconhece a provisoriedade e a transitoriedade, implica a inacababilidade e a incompletude e, ao mesmo tempo, concretiza o avanço e a sobressunção na construção das condições sócio-antropológicas historicamente construídas do estatuto acadêmico e do estatuto humano. O forjamento da estatura acadêmica, tanto do pesquisador, quanto de uma pesquisa ou de um Programa implica o crescimento do rigor das perguntas que se constroem. A condição humana radical de devir ou de em-sendo é impulsionada pela pesquisa, nas suas interrogações e buscas.

Em ciências sociais e humanas o pesquisador é intrínseco ao objeto e ao processo de interrogação e de desvelamento. Construindo o objeto, o pesquisador constrói-se a si mesmo.

A Pós-Graduação em Educação é o lugar-laboratório de encontros onde se pensa a vida. Como polo crítico da sociedade, ela é o espaço social onde as pessoas vão para discutir e entender o que acontece para poderem construir o futuro de si e da educação no amplo

processo emancipador da humanidade. Além de produzir o conhecimento de ponta para impulsionar a emancipação, tem, ainda, a responsabilidade social de zelar pela unidade e autonomia da nação, pela cultura e identidade que são a alma de um povo. Constitui um fórum social onde a liberdade de uns se amplia onde começa a liberdade dos outros.

O papel da pesquisa em educação é assegurar que as políticas públicas tenham fundamento científico para poderem romper com os determinantes das desigualdades e da injustiça. Para superar o círculo vicioso da ignorância e da miséria as políticas não podem estar fundamentadas, apenas, na boa vontade e, muito menos, no oportunismo político. Os poucos recursos disponíveis demandam utilização racional e efetiva, fundada no conhecimento. Um Programa de Pós-Graduação e os seus agentes devem definir rigorosamente uma pauta de prioridades e uma agenda de pesquisa.

Uma agenda relevante de pesquisa em educação demanda impacto histórico. Deve ser extraída das necessidades e urgências da prática social da educação para contribuir significativamente num movimento teórico-prático que impulse a educação local, regional e nacional. Trata-se, evidentemente, de uma tarefa complexa e de resultados não imediatos. O processo decisório para sua definição deve estar baseado na evidência. Portanto, é indispensável que num Programa de Pós-Graduação em Educação, se identifiquem os dados necessários para esta tomada de decisão na construção, execução e avaliação de sua agenda de pesquisa. Importa, para tanto:

- definir prioridades, num processo coletivo e metodologicamente rigoroso e sistemático, compondo uma agenda fundada nas necessidades da prática social da educação;
- desenvolver uma vigilância crítica para garantir sua implementação em projetos com rigor epistemológico-teórico e metodológico na construção e desvelamento de objetos relevantes de pesquisa;
- prover e divulgar diretrizes e pistas de ação, fundadas nas evidências encontradas, favorecendo e acelerando as condições para que o conhecimento produzido impulse e norteie políticas e práticas de ampliação do direito à educação com qualidade social.

2 A PÓS-GRADUAÇÃO: EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA-ENSINO-EXTENSÃO

A vida é um complexo de relações e (des)construções, no processo de concretização da transcendência humana, tanto pessoal, quanto institucional e social. Na garimpagem crítica da trajetória na Pós-Graduação em Educação, recolhi experiências recentes de trabalhos com visível responsabilidade social, com intencional articulação com problemas críticos da educação na região, no Estado e no País e com efetivo entrelaçamento entre pesquisa, ensino e extensão.

Entre muitas experiências vividas, que fundam as reflexões deste trabalho, estão o trabalho coletivo desenvolvido no EduPesquisa-Grupo de Pesquisa: Educação, Estado e Sociedade do PPGE/FURB. Entre as atividades acadêmicas que reuniram a produção de conhecimento, a formação humana com uma profunda vinculação com a realidade regional destaco o Programa de Pesquisa sobre Gestão Local da Educação e alguns projetos de ensino e de extensão.

2.1 PROGRAMA DE GESTÃO LOCAL DA EDUCAÇÃO

Um Programa de Pesquisa em execução no PPGE/FURB – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional de Blumenau reúne atividades acadêmicas de produção de conhecimento, de formação humana, em profunda vinculação com a realidade regional. Trata-se do Programa Gestão Local da Educação, um Programa de Pesquisa, Ensino e Extensão do EduPesquisa - Grupo de Pesquisa: Educação, Estado e Sociedade, do PPGE/FURB.

Este Programa de Gestão Local da Educação iniciou em 2001 com um lento e persistente processo de constituição de um grupo permanente de pesquisa, de articulação com as instâncias locais de gestão da educação e de elaboração de projetos.

As atividades do Programa foram e continuam sendo desenvolvidas contando com uma equipe coordenadora, composta por docentes e por mestres e mestrandos do PPGE. Além da equipe coordenadora, as atividades contam com a participação presencial e virtual de profissionais da educação das Redes Públicas - Estadual e Municipal -, como Pesquisadores Locais, indicados pelas Gerências Regionais de Educação, Ciência e Tecnologia e Secretarias Municipais da Educação.

O primeiro projeto do Programa, centrado em pesquisa, foi desenvolvido de 2003 a 2006 e analisou cinco aspectos essenciais da Gestão Local da Educação: a) a formação dos professores; b) a gestão de pessoas; c) os Conselhos Municipais da educação; d) A escolha do diretor de Escola; e) Políticas e práticas de in(ex)clusão.

A pesquisa realizou-se em duas fases. 1) Na primeira, foi feito o mapeamento da situação atual de cada aspecto, analisando dados levantados através de questionários, explicitando a situação em cada município ou região, assim como estudos comparativos. 2) Na segunda, foi explicitada a fundamentação legal de cada um dos cinco aspectos e sua evolução de 1998 a 2005, através de análise documental e análise de conteúdo. Durante o desenvolvimento do projeto foram realizados vários encontros dos pesquisadores locais. Os resultados foram divulgados em Seminários Regionais de Gestão Local e em Eventos da área da educação, assim como em textos escritos para subsidiar as gestões locais. A pesquisa teve ainda como resultado a formação e criação de uma rede regional de pesquisadores e a criação de um banco de dados com expressivo acervo de documentos dos municípios envolvidos.

Entre os resultados e impactos alcançados merecem destaque: 1) O avanço no conhecimento das políticas e práticas das gestões locais da educação, suas semelhanças e suas divergências. 2) A formação de pesquisadores locais, através de sua inscrição como pesquisadores no projeto, não apenas coletando dados, mas contribuindo na elaboração dos instrumentos de coleta de dados, na tabulação e análise dos dados e documentos e na discussão dos resultados. 3) A socialização destes conhecimentos produzidos, em Seminários Regionais e em publicações distribuídas, ofereceu base para melhoria das práticas concretas de gestão local da educação. 4) A criação de um banco de dados, com documentos legais, como Leis Orgânicas, Leis dos Sistemas de Educação, outras Leis e Documentos legais, como Decretos, Portarias normativas, Pareceres, Resoluções e outros registros, como relatórios, atas, etc. Este acervo tem mais de 350 (trezentos e cinquenta títulos), cuja relação bibliográfica está num documento com mais de 60 (sessenta) páginas. Vale ressaltar, ainda que este projeto foi uma experiência acadêmica de densa integração de atividades de pesquisa, de formação e de extensão. Constituiu um impulso para produção coletiva, ajuizamento mútuo, co-responsabilidade e solidariedade, contribuindo para a consolidação do EduPesquisa-Grupo de Pesquisa Educação, Estado e Sociedade do PPGE/FURB – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional de Blumenau.

Este Programa realizou um conjunto de atividades que trabalharam indissolúvelmente a pesquisa, o ensino e a extensão. As atividades desenvolvidas foram atividades de:

- a) pesquisa porque ampliaram e sistematizaram conhecimentos sobre políticas e gestão da educação em nível local;
- b) ensino porque contribuiu intencionalmente na formação de pesquisadores nos municípios, criando, inclusive, grupos de pesquisa e uma rede regional de pesquisadores;
- c) extensão, porque contribuiu para a melhoria da gestão local da educação, realizando seminários regionais, visitas e assessoria a municípios da região e socializando os resultados através de documentos e apresentações em reuniões e congressos.

No momento, está em implantação um novo projeto sobre a gestão municipal da educação, mantendo a integração de atividades de pesquisa, de ensino e de extensão, enfatizando os seguintes aspectos:

- 1) Novas Tecnologias de Informação e da Comunicação;
- 2) Financiamento da Educação;
- 3) História e Registro da Educação Municipal;
- 4) Políticas Sociais e Políticas educacionais;
- 5) Experiências de Gestão Colegiada e Democratização do Ensino.

2.2 PROJETOS DE ENSINO

Como atividades de ensino ressaltamos duas experiências de conjuntos de atividades acadêmicas com direito a créditos, recentemente desenvolvidas, que incluem pesquisa e extensão, incluindo elaboração de textos para divulgação, tanto em evento como em publicação.

Na proposta curricular do PPGE/FURB há a possibilidade de construir propostas curriculares a partir das pesquisas dos Grupos e dos Docentes e a partir dos interesses dos mestrandos. As experiências apresentadas são de um conjunto resultante do interesse de mestrandos “Educação Brasileira: Situação e Raízes” e um conjunto de atividades fundadas em pesquisa docente, “Gestão da Educação: Nova configuração teórico-histórica”. Em ambas a responsabilidade docente, na coordenação da busca/pesquisa coletiva, foi exercida colegiadamente com a participação voluntária de Mestres formados pelo Programa.

a) Educação Brasileira: Situação e Raízes

Um grupo de mestrandos solicitou um Tópico Especial sobre História da Educação Brasileira. Após várias reuniões foi coletivamente elaborado um programa de estudo sobre “Educação Brasileira: Situação e raízes”. Em vez de revisitar o passado na sua construção temporal, foi decidido que se estudaria, primeiro, a situação atual da educação brasileira e, depois se buscariam as origens ou raízes históricas que contribuíram para que a educação se tornasse o que é. Num estudo panorâmico da história foram definidos quatro momentos fortes de sua construção histórica: a) a educação jesuítica; b) o público emergente e os movimentos sociais; c) o movimento dos pioneiros; e d) o silenciamento da ditadura.

Para este estudo foram ‘desaulados’ os encontros e, em atividades presenciais e virtuais, o grupo de pesquisadores, numa primeira fase, debruçou-se sobre a situação atual da educação brasileira e sobre a definição de momentos fortes da construção histórica. Na segunda fase o grupo dividiu-se em quatro subgrupos, responsabilizando-se cada um pela sistematização do resultado da investigação de cada um dos quatro momentos, caracterizando o momento e enucleando o que contribuiu para a educação na sua situação atual.

b) Gestão da Educação: Nova configuração teórico-histórica

O PPGE/FURB, na sua Linha de Pesquisa Educação, Estado e Sociedade, tem uma de investigação sobre gestão e organização da educação brasileira. Com a intenção de publicar os resultados de vários anos de estudo e pesquisa no tema, foi proposto um conjunto de sessões de estudo para crítica de textos a serem publicados como capítulos de um livro, com o tema “Gestão da Educação: nova configuração teórico-histórica”.

O programa desenvolveu-se com o estudo dos esboços dos capítulos do livro. A cada mês estuda-se o tema objeto de um dos capítulos do livro a ser publicado, em três etapas:

a) elaboração de fichas de leitura e do esboço de um capítulo do livro: os participantes estudam dois textos sobre o tema e o professor/autor do livro redige o primeiro esboço do capítulo. As fichas de leitura e o texto do docente são disponibilizados no site do EduPesquisa;

b) elaboração de críticas e sugestões para a melhoria e análise da fichas de leitura: à luz do conhecimento, do estudo e das experiências dos participantes é realizada uma análise crítica do esboço do capítulo e a equipe docente estuda as fichas dos pesquisadores participantes;

c) plenária de apresentação e debate do tema do mês: numa sessão mensal de atividades presenciais, de 4 horas, são apresentadas contribuições para o avanço do conhecimento do tema do mês e propostas de melhoria do esboço de capítulo analisado.

O Seminário de divulgação do resultado das atividades prevê a apresentação e discussão da primeira versão do texto do livro, confrontada com experiências concretas dos pesquisadores participantes em gestão da educação.

2.3 PROJETOS DE EXTENSÃO

Como atividades de extensão, fundadas em pesquisas e debatidas em atividades de ensino, destaco quatro projetos: a) Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares; b) A Escola em Tempo Integral; c) Escola Pública Única; d) Programa de Educação Superior e Desenvolvimento Regional.

a) O Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares

Este Programa tem por objetivo impulsionar a democratização da educação, tanto na ampliação do direito subjetivo à educação na sua universalização com qualidade social, quanto na sua gestão democrática, coletivamente assumida. A educação, especialmente a educação básica, é um bem público e um direito subjetivo. A gestão, o zelo e a vigilância, sobre o público não pode ser delegado a ninguém. A escola, instituição especializada para garantir o direito subjetivo à educação básica, não é do governo, mas da sociedade. A oferta de condições objetivas para garantir o direito subjetivo à educação responsabilidade e dever do Governo, do Estado e de toda a sociedade. O Programa Nacional de Fortalecimento de Conselhos Escolares empodera a instância pública da coisa pública no espaço social mais importante e decisivo, porque a escola é o espaço social onde se formam as pessoas.

No Programa já foram produzidos 10 Cadernos de apoio pedagógico-didático e Encontros Estaduais de Formação, em quase todas as Unidades Federadas. O material, na suas várias versões, foi elaborado coletivamente. Após a análise de entidades como FNTE, CONSED, UNDIME, UNESCO, PNUD foi reelaborado. Esta versão foi estudada por Conselheiros Escolares, que, em reunião ampla de seus representantes foi debatida com os autores e por estes reelaborada, incorporando suas sugestões. O primeiro conjunto deste material didático-pedagógico abordou o Conselho Escolar e: 1) a construção da democracia e cidadania; 2) a aprendizagem na escola; 3) o respeito e valorização do saber e da cultura

discente e da comunidade; 4) o aproveitamento significativo do tempo pedagógico; e 5) a gestão democrática da escola e escola do diretor. O segundo conjunto aborda o Conselho Escolar: a) como espaço de formação: o Círculo de Cultura e a qualidade social; b) e o financiamento da educação; c) e o desenvolvimento local com qualidade social, d) e os trabalhadores da educação; e e) e a educação no campo.

b) A construção da Escola de Tempo Integral.

A progressiva construção da Escola em Tempo Integral visa a necessária ampliação do tempo pedagógico para que, de fato, se concretizem condições objetivas para que todos possam aprender. A maioria dos países, inclusive países economicamente mais pobres, trabalham a educação básica em tempo integral. A maioria dos países já tem escolas de tempo integral e tempo mais ampliado em anos de obrigatoriedade.

A necessária ampliação do tempo pedagógico levou à política de implantação progressiva de escolas de tempo integral. Em Santa Catarina, em 2006, existem mais de 100 escolas implantando progressivamente esta ampliação do tempo pedagógico. A maioria inicia com atividades em tempo integral no primeiro ano e, depois, na vai estendendo progressivamente para os anos seguintes.

Importa ressaltar que não se trata de atividades extra-escolares ou extra-curriculares, de reforço ou de ‘contra-turno’. Segundo as diretrizes do projeto, a ampliação do tempo pedagógico: 1) não pode ser feita em detrimento da universalização da matrícula; 2) deve ser feita de forma a poder ser estendida a toda a rede e não constituir uma discriminação interna; 3) todas as novas atividades devem ser incluídas como curriculares, integradas no Projeto Político-Pedagógico da Escola.

c) A construção da Escola Pública Única

Uma única rede pública de ensino é reivindicação antiga dos movimentos e organizações dos educadores brasileiros. O dever do Estado para garantir o direito subjetivo de cada cidadão à educação é de responsabilidade de todas as instâncias da administração pública. Tanto a União, quanto o Estado, quanto o Município são co-responsáveis pela educação de todos os cidadãos. Portanto a educação não é de competência concorrente entre as instâncias de administração pública. Não faz sentido que cada esfera da administração pública organize a sua rede de ensino, em competição ou paralelamente à(s) da(s) outra(s) esfera(s). Esta divisão é como um prédio rachado de alto a baixo: o que não estraga pela

infiltração do teto, vasa pelo racho do alicerce. Corrigir este paralelismo por oferta exclusiva, atribuindo a cada instância nível diferente é assumir que há competências exclusivas na educação. Como se fosse dever apenas da administração municipal a educação infantil e o ensino fundamental. Esta visão constitui justificativa para a omissão do Estado e da União pelas duas fases da educação básica dos cidadãos. Esta estratégia substitui a epidemia da competição, concorrência ou paralelismo pela peste da omissão. A responsabilidade pela educação de qualidade em todos os níveis e modalidade é de competência comum, de todas as instâncias da administração pública. Portanto, nenhum nível ou modalidade é de competência exclusiva de nenhuma delas. A educação, em todos os seus níveis e modalidades é de competência comum do Município, do Estado e da União.

Dado o atual quadro legal e histórico-político, a concretização deste assumir coletivo entre Estado e Município e da construção de uma única rede pública de ensino é viável e, inclusive, induzida e estimulada pelo Regime de Colaboração. Em Santa Catarina, a municipalização através do regime de colaboração, em vez de ‘prefeiturizar’ a educação fundamental e desobrigar o Estado, começou a implantar a escola pública única, gerida em regime de colaboração entre o Estado e o Município. Já há convênios realizados entre o Estado e vários municípios com esta finalidade. Além disto, este movimento já levou à iniciativa de matrícula unificada e calendário escolar comum.

d) Programa de Educação Superior e Desenvolvimento Regional

A formação universitária tende a ser limitada à apropriação de conhecimentos que regem os fazeres em determinada área do conhecimento. Esta formação tende a consolidar discursos desvinculados com os problemas concretos e, em especial, os problemas locais ou regionais que deveriam ser objeto explícito do trabalho de pesquisa, de ensino e de formação da universidade e na respectiva área de conhecimento.

Esta concepção da relevância e responsabilidade social da Universidade e do trabalho acadêmico, aliada ao caráter comunitário e de responsabilidade com o desenvolvimento regional das Universidades catarinenses do Sistema ACAFE, desembocou na proposta de um Programa de Educação Superior e Desenvolvimento Regional. Este Programa, formando em áreas prioritárias agentes de desenvolvimento regional, visa a apoiar as Universidades catarinenses na sua responsabilidade de impulsionar o desenvolvimento da Região na qual estão inseridas. O Conselho de Desenvolvimento Regional e a respectiva Universidade definem a(s) área(s) estratégica(s) para alavancar a qualidade de vida na Região. Indicam o(s) Curso(s) mais relevantes. Para este(s) Curso(s) são oferecidas bolsas de estudo

para alunos desenvolverem atividades relacionadas à sua área de formação, centradas no estudo das condições na região, na elaboração e execução de um projeto de intervenção. O estudante universitário constrói seu currículo e sua formação vinculados às necessidades e interesses de qualidade de vida da Região.

Como sua formação se realiza numa efetiva vinculação entre teoria e prática, entre a área de sua formação e os problemas e possibilidades regionais, o profissional reconhece sua importância para o desenvolvimento e qualidade de vida na sua região e a região reconhece a importância de sua atividade profissional.

3 CONCLUSÃO

A Pós-Graduação em Educação é uma prática acadêmica centrada na condição humana, produzindo conhecimentos, formando pessoas e impulsionando a qualidade social, no processo emancipador. A especificidade de sua área, além de toda produção de conhecimento, toda formação humana e toda vinculação/interação relevante com a sociedade são processos cognitivo-sócio-afetivos. Todo conhecimento, toda produção científica e toda formação, em especial na área da educação, são experiências profundamente humanas. Portanto, são cognitivos, sociais e afetivos. O pensamento, a sociabilidade e a sensibilidade são dimensões inalienáveis da existência humana e dimensões indissociáveis entre si. Não existe nenhum conhecimento efetivamente humano, que não seja socialmente produzido e não esteja entretido de afeto. Não existe nenhuma convivência efetivamente humana que não seja prazerosa e produto e produtora de conhecimento. Não existe nenhum encantamento verdadeiramente humano que não esteja prenhe de conhecimento e fruto/razão de compartilhamento convivial.

A atividade de pesquisa, a formação humana e a extensão são experiências profundamente humanas. O espaço social privilegiado para sua realização é o Grupo de Pesquisa, como instituição autopoiética de produção de conhecimento, de sociabilidade e de prazerosidade.

A Pós-Graduação está convocada para a produção de conhecimento, a formação humana e a interação/vinculação com o processo emancipatório da humanidade para manter e impulsionar o caráter instituinte da transcendência humana, tanto no devir das pessoas, quanto nos processos autopoiéticos das instituições sociais.

Nesta perspectiva, na Pós-Graduação em Educação, a pesquisa, a formação humana e a contribuição com o desenvolvimento de seu entorno são dimensões indispensáveis e inalienáveis da história da humanidade e da prática acadêmica e são inseparáveis entre si. Portanto, o cumprimento de sua responsabilidade social e o caráter histórico de sua prática demanda vinculação direta e concreta com a ampliação do direito subjetivo à educação de todo cidadão e a contribuição para a ampliação das condições objetivas e subjetivas da construção de uma educação significativa para todos.

A pesquisa em educação só faz sentido pela contribuição que oferece para identificar e compreender os elementos que determinam a educação. A relevância desta pesquisa é determinada pela contribuição que oferece para políticas públicas e intervenções significativas. Em suma, um Programa de Pós-Graduação em Educação, especialmente em suas atividades de pesquisa e formação tomam seu sentido na relevância sócio-histórica, pela contribuição que oferece na ampliação do direito à educação e do zelo público pela educação como bem público.

A qualidade social é um caráter fundante e inalienável do movimento teórico-prático de um Programa de Pós-Graduação em Educação.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Ângela da S. & FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Orgs.). **Gestão da educação: Impasses, perspectivas e compromissos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. 3. ed. Campinas: Editores Associados, 2004.

BOURDIN, Alain. **A questão local**. Tradução de Orlando dos Reis. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio ; CHAIA, Vera (Orgs.). **Gestão municipal: descentralização e participação popular**. São Paulo: Cortez, 2002.

DOURADO, Luiz Fernandes et al. **Conselhos Escolares e a gestão democrática da escola e a escolha do diretor**. Brasília, MEC/SEB/CAFISE, 2004. (Cadernos do Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, nº 5).

DOURADO, Luiz Fernandes; PARO, Vitor Henrique (Orgs.). **Políticas públicas & educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: UNESP, 2001. (Organização e apresentação de Ana Maria Araújo Freire)

_____. **Educação e atualidade brasileira**. São Paulo: Cortez e São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2001. (organização e Contextualização de José Eustáquio Romão)

_____. **Pedagogia da esperança**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 35. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

GIUBILEI, Sônia (Org.). **Descentralização, municipalização e políticas educativas**. Campinas: Alínea, 2001.

GRACINDO, Regina Vinhaes et al. **Conselhos Escolares e a aprendizagem na escola**. Brasília, MEC/SEB/CAFISE, 2004. (Cadernos do Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, nº 2)

LIMA, Antônio Bosco de (Org.). **Estado, políticas educacionais e gestão compartilhada**. São Paulo: Xamã, 2004.

MACHADO, Lourdes Marcelino ; FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Orgs.). **Política e gestão da educação: dois olhares**. Local: Editora, Ano.

MENDES, Durmeval Trigueiro. **Filosofia da educação brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

MORIN, Edgar; CIURANA, Emilio-Roger ; MOTTA, Raúl Domingo. **Educar na era planetária: o pensamento complexo com método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana**. São Paulo: Cortez, 2003.

NAVARRO, Ignez Pinto et al. **Conselhos Escolares e a democratização da escola e a construção da cidadania**. Brasília: MEC/SEB/CAFISE, 2004. (Cadernos do Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, nº 1)

PINTO, João Bosco. **La investigación-acción**. Manizales: Universidad de Caldas, Colômbia, 1987.

OLIVEIRA, Dalila (Org.). **Gestão democrática da educação**. 4. ed. Petrópolis, Vozes, 2002.

SOARES, José Arlindo ; CACCIA-BRAVA, Sílvio. **Os desafios da gestão municipal democrática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, Donaldo Bello de. ; FARIA, Lia Ciomar Macedo de (Orgs.). **Desafios da educação municipal**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez, 2001.

TORRES, Carlos Alberto. **Democracia, educação e multiculturalismo**. Petrópolis: Vozes, 2001.

VIEIRA, Sofia Lerche (Org.). **Gestão da escola: desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002 (Biblioteca da ANPAE)

WITTMANN, Lauro Carlos. **Gestão democrática do trabalho pedagógico**. Curitiba: IBPEX, 2004.

_____. **Práticas em gestão escolar**. Curitiba: IBPEX, 2004.

_____. et al. **Conselhos Escolares e o respeito e a valorização do saber discente e da cultura da comunidade**. Brasília: MEC/SEB/CAFISE, 2004. (Cadernos do Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, nº 3).

NOTA: O EduPesquisa – Grupo de Pesquisa do PPGE/FURB-Programa de Pós-Graduação em Educação, organizou um banco de dados, contendo um acervo bibliográfico que, além dos livros citados, tem outras bases bibliográficas, como:

a) documentos legais, como a Constituição Federal de 1988, a LDBEN – Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996; a Constituição Estadual de SC de 1989; Lei do Sistema Estadual de Educação/SC de 1998; Leis Orgânicas dos Municípios da Região; Leis Municipais, Decretos e Portarias;

b) Outros documentos como Regimentos, Regulamentos, Relatórios, Emendas, Atas e outros registros.b